

RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO

Prefácio

Romeu Felipe Bacellar Filho

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

UMA PERSPECTIVA DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL

3ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte



2014

© 2007 Editora Fórum Ltda.
2008 2ª edição revista e ampliada
2014 3ª edição revista e ampliada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Revisão: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Ficha catalográfica: Paloma Fernandes Figueiredo Santos – CRB – 2751- 6ª Região
Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C279s Castro, Rodrigo Pironti Aguirre de

Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de Gestão Pública Gerencial / Rodrigo Pironti Aguirre de Castro ; prefácio Romeu Felipe Bacellar Filho. 3ª edição revista e ampliada – Belo Horizonte : Fórum, 2014.

195 p.
ISBN 978-85-450-0031-0

1. Direito público. I. Título. II. Bacellar Filho, Romeu Felipe.

CDD 341
CDU 342

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. *Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de Gestão Pública Gerencial*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Romeu Felipe Bacellar Filho	13
 INTRODUÇÃO	 15
 CAPÍTULO 1	
ESTUDO HISTÓRICO-EVOLUTIVO DO ESTADO	19
1.1 Análise histórico-evolutiva do Estado e a formação do Estado Liberal ante a perspectiva de Estado autoritário	19
1.2 Do Estado de Bem-Estar Social à concepção neoliberal	35
1.3 As transformações do direito público no século XXI – A conformação da Administração Pública pelo Estado	50
1.3.1 Causas das transformações do direito público e as consequências destas transformações no direito administrativo	50
1.3.2 Estado e os modelos da Administração Pública	55
1.3.3 Os modelos de Administração Pública e suas características no Estado brasileiro	70
 CAPÍTULO 2	
OS CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	77
2.1 A evolução do Estado e a necessidade do estabelecimento de controles da Administração Pública	77
2.2 Conceito e finalidade do controle da Administração Pública	80
2.2.1 Finalidade do controle da Administração	82
2.2.2 Uma nova interpretação do controle da Administração Pública	83
2.3 Princípios inerentes à atividade de controle	85
2.3.1 Princípio das relações intersetoriais (princípio da segregação das funções).....	86
2.3.2 Princípio da independência técnico-funcional	87
2.3.3 Princípio da relação custo/benefício	87
2.3.4 Princípio da qualificação adequada	88
2.3.5 Princípio da aderência a diretrizes e normas	89
2.4 Fundamento legal do controle na Administração Pública	93

2.5	Classificação do controle.....	99
2.5.1	Controles de legitimidade e de legalidade.....	101
2.6	Controle externo da Administração Pública.....	104
2.6.1	Controle Legislativo.....	106
2.6.1.1	Meios de controle legislativo.....	107
2.6.1.1.1	Comissões parlamentares de inquérito.....	107
2.6.1.1.2	Convocação de autoridades.....	108
2.6.1.1.3	Pedidos escritos de informação.....	109
2.6.1.1.4	Fiscalizações contábeis, financeiras e orçamentárias.....	109
2.6.1.1.5	Sustação dos atos normativos do executivo.....	110
2.6.2	Controle judicial da Administração.....	111
2.6.2.1	Limites do controle judicial.....	111
2.6.2.2	Meios de controle judicial.....	113
2.6.2.2.1	Mandado de segurança individual.....	113
2.6.2.2.2	Mandado de segurança coletivo.....	114
2.6.2.2.3	Ação popular.....	114
2.6.2.2.4	Ação civil pública.....	115
2.6.2.2.5	Mandado de injunção.....	116
2.6.2.2.6	Habeas data.....	117
2.6.3	Controle social da Administração Pública.....	118
2.6.4	O controle pelo Tribunal de Contas.....	120
2.7	Relações entre o controle externo e o controle interno.....	123

CAPÍTULO 3

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – UMA PERSPECTIVA DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA.....

3.1	A distinção entre sistema de controle interno e o controle interno da Administração Pública.....	129
3.2	Pressupostos de implantação do sistema de controle interno.....	140
3.2.1	Aspectos jurídicos e fundamentos legais do sistema de controle interno.....	141
3.2.2	Intersetorialização dos entes responsáveis pelo controle interno.....	145
3.2.3	O princípio da separação dos poderes e o sistema integrado de controle interno.....	147
3.3	A estruturação do sistema de controle interno.....	154
3.3.1	Instrumentos de controle e a formatação estrutural do sistema de controle interno.....	155
3.3.1.1	Organização estrutural interna do ente – Uma proposta de formatação útil (estrutura objetiva).....	158
3.3.1.1.1	A descentralização em núcleos de controle interno.....	158

3.3.1.1.2	A independência estrutural dentro da estrutura global do ente...	160
3.3.1.1.3	A normatização isonômica dos procedimentos.....	161
3.3.1.2	A estrutura de recursos humanos e as características dos profissionais do sistema de controle (estrutura subjetiva).....	163
3.3.1.2.1	A lei instituidora e a figura do Controlador-Geral (responsável central do controle)	163
3.3.1.2.1.1	A aceitação de cargos comissionados quando utilizados para cumprimento de sua real função constitucional.....	166
3.3.1.2.2	Vedações aos responsáveis pelo controle	167
3.3.1.2.3	Garantias dos responsáveis pelo controle	169
3.3.1.3	Modalidades de atuação do sistema de controle interno	170
3.4	Sistema de Controle Interno – Perspectiva gerencial e o princípio da eficiência.....	173
CONCLUSÃO.....		183
REFERÊNCIAS.....		189